



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 679/92

Dispõe Sobre a Política de Pessoal e Institui o Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Lajinha e dá Outras Providencias.

A Câmara Municipal de Lajinha, Minas Gerais, por seus vereadores decreta e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I - Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Lajinha e estabelece o Quadro de Pessoal e as respectivas tabelas de vencimentos.

Art. 2º - A política de pessoal do Poder Legislativo do Município de Lajinha, será fundamentada na valorização dos servidores, base da dignificação da função publica, tendo por objetivo os seguintes princípios:

I – Profissionalização, atualização e aperfeiçoamento técnico dos servidores;

II – Remuneração compatível com os respectivos níveis de formação, experiência profissional dos servidores;

Art. 3º - O regime jurídico dos servidores públicos do município é de natureza estatutária, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos de Lajinha

Art. 4º - A investidura nos cargos públicos municipais depende de aprovação previa em concurso público de provas ou de títulos, ressalvadas as nomeações para os cargos em comissão.

Art. 5º - Para suprir a real e comprovada necessidade de pessoal, poderá o servidor ser designado para exercício de função pública, nos casos de:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- I – Substituição, durante o impedimento do titular de cargo;
- II – vacância do cargo, até seu definitivo provimento e quando não houver candidato aprovado em concurso;
- III – Exercício de atividade especial, assim considerada a função que na lei é de livre designação e dispensa pela autoridade, e que, pela natureza e desempenho transitório, não justifica a criação de cargo público.

Art. 6º - O planejamento, a coordenação, a orientação e a execução das atividades relacionadas com a administração de pessoal, observado o disposto nesta lei e na legislação complementar, ficam sob a responsabilidade da Mesa Diretora.

Capítulo II - Da Composição do Quadro

Art. 7º - Os servidores da Câmara Municipal serão agrupados, por cargos, no Quadro Geral dos Servidores da Câmara Municipal.

Art. 8º - O Quadro Geral dos Servidores da Câmara Municipal de Lajinha é composto de classes de provimento em comissão. As classes de cargos de provimento efetivo e as de provimento em comissão, estão distribuídas em:

- I – Classe de Cargos de Provimento em Comissão – CPC, Anexo I
- II – Classe de Cargos em Provimento Efetivo – CPE, Anexo I

Art. 9º - Integram a classe de Cargos de Provimento Efetivo:

- I – Categoria Funcional do Departamento Administrativo – DA;
- II – Categoria Funcional do Departamento Legislativo – DL.

Art. 10º - Integram a classe de Cargos de Provimento em Comissão:

- I – Categoria Funcional do Departamento Contábil – DC;
- II – Categoria Funcional do Departamento Jurídico – DJ.

Art. 11 - As classes de cargo de provimento efetivo, são constantes do Anexo I.

Art. 12 - A remuneração é a retribuição pecuniária paga ao servidor, correspondente à soma do vencimento, adicionais e outras vantagens.

Art. 13 - O vencimento é o valor mensal, estabelecido na tabela de



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

vencimentos, pago ao servidor pelo efetivo exercício.

Art. 14 - Jornada semanal de até quarenta e quatro horas.

Art. 15 - Os adicionais a que fizer jus o servidor, serão pagos conforme estabelecer o Estatuto dos Servidores do Município de Lajinha.

Capítulo III - Dos Departamentos e Suas Competências

Art. 16 - O Departamento Administrativo compreende:

I – Auxiliar Administrativo, ocupado por pessoa portadora de Certificado de Conclusão de 2º grau.

Art. 17 - Compete ao Auxiliar Administrativo, dentre outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente:

I – Manter em ordem o arquivo e demais documentos da Câmara Municipal;

II – Atender aos Srs. Vereadores bem como a Mesa Diretora em todas as suas manifestações;

III – Zelar pelos bens móveis e equipamentos do Poder Legislativo Municipal

IV – Zelar pelo bom andamento dos trabalhos da Câmara Municipal.

Art. 18 - O Departamento Legislativo compreende:

I – Atendente Legislativo.

Art. 19 - O ocupante do Cargo de Atendente Legislativo será pessoa portadora de Certificado de Conclusão de 2º grau.

Art. 20 - Compete ao Atendente Legislativo:

I – Atender os Srs. Vereadores bem como à Mesa Diretora em todas as suas manifestações legislativas;

II – Manter em ordem a escrituração das Leis, Resoluções, Portarias, Decretos Legislativos e outros de competência exclusiva da Câmara Municipal;

III – Escrever as atas das sessões da Câmara Municipal;

IV – Assessorar a Mesa Diretora nas sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, anotar o desenrolar destas para transcrição em ata.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 21 - O Departamento Contábil compreende:

I – Contador.

Art. 22 - O ocupante do cargo de contador será pessoa portadora de certificado de conclusão do curso de contabilidade, fornecido por estabelecimento de nível superior.

Art. 23 - Compete ao Contador:

I – Elaborar a análise da proposta orçamentária;

II – Acompanhar e controlar a execução orçamentária;

III – Executar a escrituração sintética e analítica das operações contábeis e financeiras da Câmara Municipal;

IV – Elaborar mensalmente os balancetes financeiros e orçamentários da Câmara Municipal;

V – Elaborar anualmente o balanço geral da Câmara Municipal;

VI – Confeccionar a prestação de contas dos recursos da Câmara Municipal, repassados pela Prefeitura.

Art. 24 - O Departamento Jurídico compreende:

I – Assessor Jurídico.

Art. 25 - O ocupante do cargo de Assessor Jurídico será pessoa portadora de Certificado de Conclusão do Curso de direito expedido por estabelecimento de ensino de Nível superior, em que o bacharel colou grau.

Art. 26 - Compete ao Assessor Jurídico:

I – Representar, por delegação do Presidente em juízo ou fora dele, a Câmara Municipal;

II – Assessorar o Presidente e os Vereadores em todas as suas Manifestações Legislativas;

III – Assessorar as Comissões Técnicas Permanentes e as Especiais que vierem a ser formadas.

Capítulo IV - Das Disposições Finais

Art. 27 - A composição numérica do Quadro de Pessoal da Câmara

Municipal é a constante no Anexo I, desta Lei.

Art. 28 - Os dispositivos desta Lei relativos a vencimentos, são os



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

estabelecidos nas Tabelas Permanentes contidas no Anexo I.

Art. 29 - Fica a Mesa Diretora autorizada a regulamentar, por Decreto Legislativo, os atos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 30 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias previstas no Orçamento de Créditos Suplementares que se fizerem necessários.

Art. 31 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º(primeiro) de maio de 1992.

Art. 32 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, aos três dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois(03/06/1992)

Paulo Cezar Hastenreiter Portes
Presidente

Anexo I

Quadro Geral de Servidores da Câmara Municipal

Classes de Provimento Efetivo

Denominação	Nº de Cargos	Padrão	Nível	
Auxiliar Administrativo	01	I	1.5	345.000,00
Atendente Legislativo	01	II	2.0	460.000,00

Classes de Provimento em Comissão

Denominação	Nº de Cargos	Padrão	Nível	
Contador	01	II	2.0	460.000,00
Assessor Jurídico	01	VI	4.5	1.035.000,00

Nota: O valor dos vencimentos será obtido multiplicando-se os Índices de cada nível pelo Piso Salarial estabelecido por Decreto Legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Gabinete da Presidência da Camara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, aos três dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e dois(03/06/1992)

Paulo Cezar Hastenreiter Portes
Presidente